

FHC abre ciclo de palestras sobre Legislativo

O ex-presidente abrirá hoje, às 15h, ciclo de debates no Interlegis. O tema é o papel do Parlamento. **4**



Cristovam (E) e Simon: candidatos à Presidência do Brasil devem expor suas idéias

Simon e Cristovam querem debate com candidatos

O senador Pedro Simon propôs ontem que os partidos realizem prévias, no molde das eleições norte-americanas, para a escolha de seus candidatos à Presidência da República. O objetivo, disse, seria ga-

rantir o debate. Na mesma linha, o senador Cristovam Buarque anunciou que percorrerá o Brasil no início do próximo ano para discutir em universidades propostas para enfrentar os problemas do país. **7**

Além do reajuste para funcionários públicos, Plenário terá de votar a criação de 2.400 cargos em diversos órgãos federais antes de começar a deliberar sobre medidas provisórias contra a crise econômica

Pode ser votado hoje aumento para mais de 450 mil servidores

Projetos de lei de conversão resultantes de duas medidas provisórias (MPs) que concedem aumentos salariais para mais de 450 mil servidores federais devem ser votados hoje pelo Plenário, segundo previsão do presidente da Casa, Garibaldi Alves. Depois disso, entra na pauta proposta que tramita em regime de urgência criando cerca de 2.400 cargos em vários órgãos federais. Amanhã, podem ser examinados projetos de conversão provenientes de duas MPs editadas pelo Poder Executivo com o objetivo de minimizar os efeitos da crise financeira internacional. **4 e 5**

Garibaldi prevê para amanhã o exame das medidas provisórias editadas para combater a crise econômica



Ministro discute aposentadorias com senadores

Presidente do Senado espera reunião proveitosa hoje com José Pimentel e integrantes da Comissão Mista de Orçamento. No Plenário, Mário Couto, Renan Calheiros e Papaléo Paes manifestam apoio a projeto que atualiza valores de pensões e aposentadorias. **3**

Comissão faz audiência sobre Fundo Soberano

O ministro Miguel Jorge e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, foram convidados para o debate na Comissão de Assuntos Econômicos. **4 e 5**



Reunião em Brasília: Jorge Pizarro (3º à direita) aponta desafio de garantir "proteção do ambiente e saúde das pessoas"

Energia limpa para fortalecer a América Latina

A integração da América Latina em busca de fontes limpas e renováveis de energia vai fortalecer o desenvolvimento regional. Essa é a opinião do presidente do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), o senador chileno Jorge Pizarro. **8**

Painéis com fotos e reproduções da obra do escritor ficarão na Praça das Abelhas até 16 de dezembro

Exposição em homenagem a Machado de Assis

LOGO APÓS SESSÃO especial, a ser iniciada às 10h, o Senado abrirá, no próximo dia 25, exposição em homenagem ao escritor Machado de Assis. Painéis com fotos e reproduções de suas obras, cedidos pela Academia Brasileira de Letras (ABL), serão expostos até 16 de dezembro na Praça das Abelhas, entre o Auditório Petrônio Portela e o Túnel do Tempo.

Na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho serão lançados o livro de memórias *O velho Senado* (reedição) e o livro fac-símile do poema *O casamento do diabo*, ambos trabalhos de Machado. O manuscrito de *O casamento do diabo* é uma obra rara pertencente à Biblioteca do Senado, nunca editado antes.



Reprodução/ABL

Obra nunca editada de Machado de Assis será lançada no Senado

Todos os eventos integram o Ano Machado de Assis, instituído por projeto de lei de Marco Maciel (DEM-PE) em alusão ao centenário de morte do escritor. A realização está a cargo da comissão organizadora do Ano Cultural Artur da Távola.

Edição em fac-símile do manuscrito de *O quinze*

Será lançada hoje, às 11h30, na Biblioteca do Senado, a edição em fac-símile do manuscrito de *O quinze*, obra da escritora cearense Rachel de Queiroz. O manuscrito, de 78 anos, pertence ao acervo do bibliófilo José Mindlin e sua esposa Guita, já falecida. Mindlin está sendo esperado para a solenidade, que é parte da programação do Ano Cultural Artur da Távola, na qual também será homenageado.

A autorização para a edição da obra de Rachel de Queiroz foi dada pela família da escritora por meio da agente literária Lúcia Riff. O projeto editorial e a apresentação gráfica ficaram a cargo da arquiteta Diana Mindlin. Os dois volumes impressos, com apresentação de José Mindlin, prefácio do senador Demostenes Torres (DEM-GO) e posfácio do jornalista Maurício Melo Júnior, serão distribuídos gratuitamente a bibliotecas, universidades e colecionadores.

O original de *O quinze* foi tido durante muitos anos como desaparecido. José Mindlin

conseguiu comprá-lo de uma pessoa que somente o vendeu com o compromisso de que seu anonimato fosse mantido. E mais: que apenas depois da morte de Rachel de Queiroz pudesse ser revelada a guarda do manuscrito na biblioteca de José Mindlin. A publicação permitirá a um grande número de pesquisadores fazer estudos de cotejo com edições mais recentes da obra.

Também como parte do Ano Cultural, nos dias 19 e 20 serão realizados, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis, *shows* em homenagem aos 50 anos da Bossa Nova, respectivamente com o Coral do Senado e o cantor Aldécio. No dia 9 de dezembro, na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional, será homenageado o falecido senador Artur da Távola, com a apresentação da Orquestra Sinfônica de Brasília. E no dia 10, na Biblioteca do Senado, a homenagem será ao folclorista Câmara Cascudo, com lançamento de seu livro inédito *A casa do Cunhaú* e um documentário sobre o escritor.

Veja a programação do Ano Cultural Artur da Távola

- DIA 18/11** LANÇAMENTO da edição fac-símile do manuscrito de *O quinze*, de Rachel de Queiroz, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado
- DIA 19/11** *SHOW* de bossa nova com o Coral do Senado, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis
- DIA 20/11** *SHOW* de bossa nova com o cantor Aldécio, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis
- DIA 25/11** ABERTURA de exposição sobre Machado de Assis, na Praça das Abelhas
- DIA 9/12** HOMENAGEM a Artur da Távola, com apresentação da Orquestra Sinfônica de Brasília, na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional
- DIA 10/12** HOMENAGEM a Câmara Cascudo – lançamento do livro inédito *A casa de Cunhaú* e documentário sobre o escritor, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada por duas MPs

Às 14h a sessão é deliberativa. A pauta está trancada por dois projetos de lei de conversão que reestruturam a composição remunerató-

ria das carreiras de auditor da Receita Federal, auditor fiscal do trabalho, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria.



Garibaldi recebe medalha de ordem do Mérito da Defesa na Base Aérea

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa às 8h30 da abertura da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Às 10h recebe, na Base Aérea de Brasília, a medalha de ordem do Mérito da Defesa, no grau de Grã-Cruz, do quadro suplementar. Às 11h30, na Biblio-

teca do Senado, participa do lançamento do manuscrito de *O Quinze* e de homenagem a José Mindlin. Às 12h recebe comitiva chilena do Parlatino. Às 13h participa, no Palácio do Itamaraty, de almoço com o presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono. Às 14h recebe o ministro da Previdên-

cia Social, José Pimentel; às 14h45, no Salão Nobre, o presidente da Indonésia; e às 15h20 o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso e a bancada do PSDB. Às 15h30, no Interlegis, e às 18h30, na biblioteca, presencia o lançamento do livro *Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois*.

CRE realiza duas audiências

Audiência pública na Subcomissão Permanente da Amazônia – que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) – debate, às 10h30, os aspectos constitucionais de Roraima com o governador do estado, José de Anchieta Júnior. Às 14h30, nova audiência na subcomissão ouve o ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre a atuação do ministério em relação à Amazônia.

CCJ discute pesquisa com humanos

Proposta de punição para as violações às diretrizes e normas relativas a pesquisas que envolvem seres humanos será tema de audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 14h. A proposta determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos. Participam, entre outros, o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, e a presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, Marlene Braz.

CMA analisa alterações no Código de Defesa do Consumidor

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se para a votação de 22 proposições. Entre os itens em pauta encontram-se propostas de al-

terações ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), como a que determina informações sobre a eficiência e o consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado.



Residência educacional

O projeto que institui a residência educacional para a formação de professores da educação básica é uma das 22 proposições em pauta na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que se reúne às 11h.

CAE debate criação do Fundo Soberano

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza, às 10h, audiência para debater a criação do Fundo Soberano com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

Senado recebe visita do presidente da Indonésia

Às 8h30, no Interlegis, ocorrem as palestras da senadora Maria de los Angeles Moreno Uriegas (México) e do senador Renato Casagrande (PSB-ES), na abertura do segundo dia da reunião das comissões de Energia e Minas e de Meio Ambiente e Turismo do Parlamento Latino-Americano (Parlatino). Na Biblioteca do Senado, às 11h30, acontecem uma homenagem ao acadêmico e bibliófilo José Mindlin e o lançamento do manuscrito do livro *O Quinze*, de Rachel de Queiroz.

Às 14h45, no Salão Nobre, o Senado recebe a visita oficial do presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono. Às 15h, no Interlegis, o ciclo de debates sobre o Poder Legislativo será aberto com a palestra "O papel do Parlamento nas democracias contemporâneas, a crise de representatividade e a pluralidade de instâncias normativas", proferida pelo ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Às 18h10, no Salão Negro, ocorre o coquetel de abertu-

ra da exposição *Pintando o Seis* e às 18h30, no Auditório Petrônio Portela, a abertura da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, com palestras e oficinas ocorrendo até o dia 21 deste mês. Às 18h30, na biblioteca, tem o lançamento dos livros *Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois* e *Ensaio sobre impactos da Constituição federal de 1988 na sociedade brasileira*, da coleção Constituinte nos Jornais e Acervo Digital do Processo Constituinte.

CPI ouve presidentes de empresas

Às 14h, a CPI da Pedofilia realiza audiência pública com presidentes de empresas de telecomunicação.



CMO tem reunião deliberativa

A reunião deliberativa da Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem início às 14h30.

Reunião com José Pimentel, da Previdência Social, está marcada para as 14h. Relator do Orçamento de 2009, Delcídio Amaral, também participa

Ministro discute reajuste de aposentadoria com senadores

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves Filho, disse esperar que o encontro de hoje para tratar do reajuste das aposentadorias seja uma "reunião proveitosa". Participam da reunião, marcada para as 14h, o ministro da Previdência Social, José Pimentel; o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS); o relator da proposta orçamentária para 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS); e os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Mário Couto (PSDB-PA), entre outros.

Paim e Mário Couto ameaçam, há semanas, iniciar uma vigília no Plenário do Senado para exigir a aprovação de dois projetos do senador gaúcho e de uma emenda dele ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 42/07, de autoria do Executivo. O PLS 58/03, de Paim, busca a recomposição de aposentadorias e pensões, de modo que os benefícios passem a ter o mesmo valor, em termos de salários mínimos, que na data de concessão; o segundo projeto (PLS 296/03) extingue o fator previdenciário. Já a emenda ao PLC 42/07, que cria uma política de reajuste do salário mínimo, estabelece que as aposentadorias e pensões da Previdência Social serão reajustadas pelo mesmo índice que corrigir o mínimo.

Mário Couto cobra compromisso com a luta dos aposentados

Às vésperas da quarta reunião de negociações com o ministro da Previdência Social, José Pimentel, sobre os projetos que reajustam as aposentadorias, o senador Mário Couto (PSDB-PA) fez ontem discurso convocando seus colegas a se comprometerem com a causa dos aposentados.

– Amanhã [hoje], sairemos da reunião com uma decisão. Espero que a sensibilidade deste governo seja justa, que aqueles seres humanos que sofrem hoje possam amanhã respirar – disse.

Mário Couto mostrou-se apreensivo com declarações de colegas contrários ao projeto de lei (PLS 58/03) que atualiza os benefícios do INSS. A matéria foi aprovada terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– Eu estava muito iludido.



Garibaldi espera "reunião proveitosa", hoje, com ministro da Previdência

Na semana passada, após encontro com Garibaldi, o ministro da Previdência Social afirmou à imprensa que o atendimento das reivindicações dos senadores estará condicionado à existência de fontes de recursos no Orçamento de 2009 que possam suportar a elevação de gastos. Ele disse que, além de legislar e aprovar tais regras, o Congresso Nacional tem também a responsabilidade constitucional de indicar quais as fontes de recursos para os reajustes, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Preocupação

Também na semana passada, Garibaldi demonstrou certa preocupação com a aprovação

de outro projeto que beneficia aposentados e pensionistas: na quarta, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) acolheu projeto que atualiza o valor das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social (PLS 58/03). A CAS adotou, em turno suplementar e em decisão terminativa, substitutivo elaborado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao projeto, também de autoria de Paim. Em entrevista à imprensa, Garibaldi reconheceu a importância da proposta, principalmente, como lembrou, porque irá beneficiar "pessoas que passaram a vida inteira trabalhando", mas observou que o momento é de crise financeira internacional.



Mário Couto promete iniciar vigília se não houver acordo com o governo

seguinte.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse manter seu compromisso com os aposentados. Conforme Valter Pereira (PMDB-MS), o que foi aprovado pela CAS "expressou a vontade da esmagadora maioria dos senadores".

Mário Couto afirmou estar de posse da lista dos grandes devedores da Previdência Social. Segundo o senador, são "empresas milionárias que devem bilhões de reais para a Previdência Social".

Foco do debate deve ser também social, afirma Renan

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) manifestou apoio ao substitutivo do senador Expedito Júnior (PR-RO) a projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que cria o Índice de Correção Previdenciária (ICP), para atualizar o poder de compra dos benefícios pagos a aposentados e pensionistas. O texto foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– Trata-se de medida justa, para que as pessoas desfrutem de uma aposentadoria tranquila. Houve uma previsão superestimada sobre o aumento dos gastos que a mudança irá provocar. O foco da discussão não deve ser simplesmente financeiro, mas social – afirmou.

Microempreendedor

Renan também apoiou o projeto de lei complementar que cria o novo sistema de inclusão previdenciária para os microempreendedores individuais, já aprovado pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado.

O projeto isenta microempreendedores com faturamento anual de até R\$ 36 mil do pa-



Houve uma previsão superestimada dos gastos com o reajuste, diz Renan

gamento do Imposto de Renda, PIS, Cofins, CSLL e IPI. Eles recolheriam um valor fixo e mensal de aproximadamente R\$ 50, que inclui o pagamento do ISS e ICMS, e uma contribuição de 11% sobre o salário mínimo para o INSS.

– Assim que a proposta virar lei, dez milhões de autônomos serão beneficiados. São feirantes, camelôs, sacoleiros, pipoqueiros, borracheiros e outros profissionais, hoje na informalidade – assinalou.

Mão Santa (PMDB-PI) disse, em aparte, que garantir a recuperação das aposentadorias e pensões é um "trato" do Legislativo e não do Executivo.

Defender o projeto é legítimo, diz Papaléo

Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou ser legítima a ação dele e outros parlamentares em defesa da recomposição do poder de compra das aposentadorias. Ele defendeu não só a aprovação do projeto de lei (PLS 58/03) que recompõe o valor dos benefícios do INSS, como também a vigília que um grupo de senadores pretende fazer caso o governo mantenha-se contra a matéria.

– Nós, parlamentares, somos os únicos que podem levar o governo federal a ver reconhecidos os direitos dos aposentados. Eu quero que as pessoas que não entendem isso não façam ironias – disse o senador.

Papaléo também criticou a atitude do presidente da Casa, Garibaldi Alves, que considerou a proposta inoportuna.

– Foi aprovado o projeto do senador Paulo Paim na Comissão de Assuntos Sociais, por unanimidade, em caráter terminativo. Não há por que o senhor presidente antecipar-se e dizer que não era momento para se discutir aquele assunto.

Conforme Papaléo, é inaceitável que parlamentares mu-



Papaléo: é inaceitável o parlamentar mudar de opinião em troca de cargos dem de opinião sobre o reajuste "em troca de cargos no governo". O senador só admitiu como tecnicamente correto o não pagamento aos aposentados das gratificações que tinham na ativa.

O ministro da Previdência Social, José Pimentel, foi igualmente criticado.

– Nós nos colocamos diante de um ministro que me pareceu desequilibrado, no sentido de não ter firmeza no que diz quando está conosco e só a tem quando está dando entrevista a rádio e televisão. Ai é covardia!

Papaléo também defendeu a obrigatoriedade do uso de paletó e gravata pelos senadores. Ele argumentou que se trata de um traje adequado ao ritual do cargo de senador.



Tebet foi governador e elegeu-se senador para dois mandatos

Valter Pereira lembra os dois anos da morte de Ramez Tebet

Valter Pereira (PMDB-MS) lembrou ontem que há dois anos morria Ramez Tebet, "após um longo martírio" provocado pelo câncer. Suplente do senador, Valter Pereira ressaltou a habilidade política e de orador de Tebet, que marcou a sua passagem pela política

nacional.

– Foi com essas qualidades que o bravo Tebet embrenhou-se pelo mais arrojado itinerário já percorrido por um político do meu Mato Grosso do Sul.

Valter Pereira lembrou o início da carreira de Tebet como promotor de Justiça, elegendo-

se, depois, prefeito de Três Lagoas, deputado estadual, vice-governador, governador e senador por duas vezes. Ele assinalou a relação de companheirismo e de amizade que caracterizou a passagem de Tebet pelo PMDB.

Marcelo Crivella (PRB-RJ),

Renan Calheiros (PMDB-AL), Pedro Simon (PMDB-RS) e Romeu Tuma (PTB-SP) expressaram a saudade que sentem do ex-senador, solidarizaram-se com Valter Pereira e destacaram o trabalho de Ramez Tebet no aperfeiçoamento institucional do Legislativo brasileiro.



Fernando Henrique faz palestra no Interlegis

FHC abre hoje ciclo de debates

O ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso abrirá hoje, às 15h, no Interlegis, um ciclo de debates sobre o Poder Legislativo. A palestra de abertura tem como tema "O papel do Parlamento nas democracias contemporâneas, a crise de representatividade e a pluralidade de instâncias normativas". A ideia é discutir o excesso de medidas provisórias e a conseqüente diminuição do espaço do Poder Legislativo.

Real

Fernando Henrique foi presidente do Brasil de 1995 a 2002. Durante seu mandato, o Congresso recebeu 4,3 MPs por mês, em média, segundo apontamentos da Consultoria Tendências. FHC também foi senador e, em 1993, assumiu o Ministério da Fazenda, no governo Itamar Franco, quando se criou o Plano Real, que instituiu a atual moeda brasileira. A iniciativa do ciclo de debates é do presidente do Senado, Garibaldi Alves. Outros políticos, além de senadores, participarão das atividades. A última palestra está prevista para 26 de novembro, às 14h30. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e dois convidados falarão sobre a atuação legislativa do Poder Executivo e o controle da agenda legislativa. Os debates ocorrerão no auditório do Interlegis, na avenida N2, no Anexo E do Senado.

Garibaldi Alves afirma que MPs concedendo aumentos salariais para mais de 450 mil servidores devem ser examinadas hoje pelo Plenário, que analisará a seguir o projeto que cria 2.400 cargos em órgãos responsáveis pela execução das políticas sociais

Senado pode votar nesta semana medidas contra a crise

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, disse aos jornalistas, no final da tarde de ontem, que o Plenário da Casa deve votar hoje os dois projetos de lei de conversão referentes às duas MPs que obstruem a pauta de votações. As MPs 440/08 e 441/08 (PLVs 27/08 e 28/08) concedem aumentos salariais para mais de 450 mil servidores.

Votadas as duas MPs, o Plenário do Senado passará a examinar uma proposição que tramita em regime de urgência, ou seja, também tem prioridade sobre dezenas de projetos de senadores e deputados, todos prontos para votação. Essa matéria (PLC 130/08) cria cerca de 2.400 cargos em vários órgãos que executam as políticas sociais do

governo federal.

Depois disso, informou Garibaldi, a ideia é votar amanhã o PLV 29/08 (MP 442/08), proveniente de uma das duas MPs já editadas pelo Poder Executivo para minimizar os efeitos da crise financeira internacional. A proposta autoriza o Banco Central a aceitar como garantia carteiras de crédito de instituições financeiras que enfrentam falta de dinheiro (liquidez) e recorram à ajuda do BC. Essa é uma operação normal dos bancos centrais, conhecida como redesconto. A novidade é que, se o banco não conseguir resolver seus problemas, o Banco Central poderá assumir sua carteira de crédito.

A outra medida, MP 443/08 (PLV 30/08), que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias integrais ou controladas e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, ainda não foi incluída na pauta de votações, mas também pode ser aprovada nesta semana pela Casa.

Garibaldi disse acreditar que os senadores poderão, inclusive, tentar votar nesta semana "alguma coisa que não seja MP", se os trabalhos correrem a contento.

Reajustes

As MPs 440/08 e 441/08, que concedem au-

mentos salariais para mais de 450 mil servidores, são fruto em alguns casos de negociação entre sindicalistas e governo desde o ano passado. Algumas carreiras receberam aumentos substanciais, a serem pagos gradativamente até 2010, como é o caso dos auditores da Receita Federal e dos fiscais do Trabalho, que passarão a ganhar entre R\$ 13.600 e R\$ 19.451.

Após a votação das MPs e do PLC 130/08, os senadores poderão então discutir e votar a primeira medida provisória (442/08) editada pelo presidente da República para combater os efeitos da crise financeira internacional. Essa medida recebeu modificações em sua votação na Câmara e

agora tramita como projeto de lei de conversão (PLV 29/08).

Durante a discussão da MP 442/08 na Câmara, as oposições conseguiram fazer algumas mudanças, inclusive estabelecendo mecanismos de controle do Congresso sobre tais operações. Uma emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) à comissão mista destinada a analisar a MP, por exemplo, exige que o presidente do Banco Central compareça todo mês ao Congresso e fale, em audiência pública, sobre a crise financeira, enquanto ela durar. Outra emenda obriga o BC a enviar trimestralmente aos deputados e senadores relatórios detalhados das negociações feitas com base na

medida provisória. Mais: ficarão indisponíveis os bens dos controladores dos bancos que começarem a atrasar seus pagamentos, para cobrir eventuais prejuízos do BC.

A segunda das medidas editadas pelo governo federal para combater a crise, o Projeto de Lei de Conversão 30/08, proveniente da MP 443/08, poderá provocar polêmica no Plenário, uma vez que parlamentares de oposição já disseram que querem colocar limites à possibilidade de os dois bancos adquirirem participação em outras instituições, pois temem que a medida provisória abra caminho para a estatização do setor bancário.

Reunião com líderes vai decidir pauta

Garibaldi Alves vai se reunir com as lideranças da Casa para decidir a pauta de votações até o dia 22 de dezembro, quando o Congresso Nacional deve entrar em recesso. O presidente do Senado ainda não arrisca afirmar quais projetos poderão constar da pauta, mas, em recente entrevista, adiantou que a reforma tributária não deverá constar desse pacote.

— A reforma tributária, acho difícil. Só se for uma convocação presidencial para se trabalhar no recesso — adiantou Garibaldi.

Pelo calendário oficial do Senado, o recesso parlamentar inicia-se no dia 23 de dezembro e estende-se até 1º de fevereiro. No retorno às atividades, os senadores devem eleger o novo presidente da instituição para exercer um mandato de dois anos.



Plenário do Senado tem que examinar três matérias para desobstruir a pauta; presidente da Casa acredita que reforma tributária não será apreciada, mas decisão depende do posicionamento de líderes partidários, que vão se reunir com Garibaldi Alves para definir projetos a serem analisados até dezembro

Dirigentes de teles discutem denúncia de venda de sigilo

Dirigentes das empresas TIM, Vivo, Claro, Oi e Brasil Telecom foram convidados a participar, amanhã, de audiência pública para esclarecer denúncia de venda de sigilo telefônico. O debate, promovido pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), foi proposto pelos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A apresentação do requerimento sugerindo a realização da audiência pública foi motivada por denúncia divulgada no dia 14 de

setembro pela *Folha de S.Paulo*. Extratos de ligações telefônicas e mensagens de texto (torpedos) de qualquer assinante, inclusive de autoridades públicas, poderiam ser adquiridos por menos de R\$ 1.000.

O jornal informa que Alvaro Dias (PSDB-PR) e Aloizio Mercadante e o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) adquiriram seus próprios dados, com ajuda da reportagem da *Folha de S.Paulo*, para comprovar a prática criminosa. A comercialização do serviço de espionagem ilegal, ainda conforme o jornal, seria feita por detetives particulares e funcionários das empresas telefônicas.



Presidida por Wellington Salgado, CCT realiza audiência em conjunto com a CMA



Aloizio Mercadante (D) preside a Comissão de Assuntos Econômicos, que deve receber hoje em audiência o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o presidente do BNDES

CAE examina Fundo Soberano com Miguel Jorge e Luciano Coutinho

A criação do Fundo Soberano do Brasil será debatida hoje, a partir das 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Atendendo a requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), serão ouvidos o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho. O Fundo Soberano, segundo o projeto de lei da Câmara, com origem no

Executivo (PLC 164/08), é um fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, com as finalidades de promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do país localizados no exterior. Os recursos poderão ser usados, por exemplo, para o governo investir em projetos estratégicos de empresas brasileiras no exterior

e ainda para abrandar os efeitos da crise financeira internacional sobre o crédito usado para exportação.

O projeto foi aprovado pela Câmara no fim de outubro. No Senado, será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela CAE, antes de ir ao Plenário.

Arthur Virgílio é um crítico da proposta, que pode ser "uma tentativa sub-reptícia de capitalizar o BNDES", como afirmou em discurso no Plenário

no último dia 4. O líder do PSDB no Senado argumenta que a ideia da criação do fundo surgiu em um período em que era necessário valorizar a moeda norte-americana, cenário este que não existe mais. Também havia a premissa de que o Brasil se tornaria exportador de petróleo, com a descoberta de grandes reservas da chamada camada pré-sal, quando o barril alcançava US\$ 140. Hoje, o barril de petróleo caiu para menos de US\$ 60.

Campanha promove 16 dias de ativismo em defesa da mulher

O Senado dará mais uma contribuição para o debate sobre a violência contra a mulher com o lançamento da campanha deste ano: 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em parceria com a bancada feminina da Casa. A campanha, que completa 18 anos e é desenvolvida em 154 países, tem início mundial em 25 de novembro e, no Brasil, costuma ser antecipada em cinco dias para coincidir com a data em comemoração ao Dia da Consciência Negra (20).

Em 2008, a campanha coincide ainda com dois marcos importantes: os 20 anos da promulgação da Constituição e o aniversário de 60 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documentos considerados essenciais na luta pela igualdade de direitos.

O slogan este ano — Há momentos em que sua atitude faz a diferença. Lei Maria da Penha. Comprometa-se! — procura reforçar a importância da lei que pune com pena de prisão o agressor da mulher, conforme informou a senadora Serys Slhessarenko



Serys Slhessarenko: vítimas da violência devem denunciar agressões

(PT-MS). A lei, que já completou dois anos, foi sancionada pelo presidente Lula em 7 de agosto de 2007. De acordo com Serys, embora já tenha havido grande progresso com a lei, ainda é necessário conscientizar as mulheres vítimas de violência sobre a necessidade de denunciar.

Sessão solene

O Congresso Nacional realizará uma sessão solene no próximo dia 27, às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, em comemoração ao Dia Internacional para o Fim da Violência Contra a Mulher.

Pacto pela cidadania da infância

O Plenário do Senado realiza nesta quinta-feira, a partir das 11h, sessão especial destinada a lançar o 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância. O objetivo é fazer com que brasileiros e organizações ligadas aos direitos humanos e à educação realizem o exercício da cidadania na infância para crianças de 6 a 13 anos de idade.

O pacto fixa diretrizes essenciais para a promoção, o desenvolvimento e a promoção da dignidade, do respeito, da liberdade e da convivência comunitária e cultural devidos à criança pela família, sociedade e pelo Estado.

A sessão especial foi requerida por Fátima Cleide (PT-RO) e Marisa Serrano (PSDB-MS) e pelos senadores Wellington Salgado (PMDB-MG), Flávio Arns (PT-PR), Valter Pereira (PMDB-MS), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Renato Casagrande (PSB-ES). Todos assumiram o compromisso de criar meios para o exercício dos direitos da cidadania na infância, conforme determinam a Carta das Nações Unidas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Convenção sobre os Direitos da Criança e a própria Constituição brasileira.

Consciência

Tratar as crianças como cidadãos e cidadãs que merecem atenção e respeito e fornecer a elas os meios para que tenham plena consciência sobre a importância do meio ambiente, da moradia e dos aspectos culturais e de relacionamento com outras crianças também são metas do pacto global. Durante a sessão especial, estará aberta a adesão ao pacto. Haverá também a entrega a todos os participantes de uma edição especial de lançamento do documento contendo os compromissos e estratégias de ação do 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância.

Ministro da Defesa falará sobre a atuação de sua pasta na região amazônica. Também será ouvido, em data a ser marcada, o ministro Mangabeira Unger, de Assuntos Estratégicos

Subcomissão da Amazônia pode ouvir hoje Nelson Jobim

A SUBCOMISSÃO PERMANENTE da Amazônia, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), realizará hoje, a partir das 14h30, audiência pública com o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Ele falará sobre a atuação de seu ministério na Amazônia.

O requerimento para o debate foi apresentado pelo presidente da subcomissão, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Serão convidados também, para uma segunda audiência sobre o tema, os ministros da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. A data desse encontro ainda não foi marcada.

Em debate promovido na Câmara dos Deputados em julho, Jobim declarou que a Amazônia precisa ser tratada como uma questão econômica, devendo o Estado criar condições para o



Jobim questiona a demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol, em RR

desenvolvimento sustentado da região, uma vez que nela vivem 21 milhões de brasileiros.

O ministro da Defesa considerou questionável a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol como área contínua, já que incluiria os municípios de Uiramutã e Normandia, entes federativos oficialmente constituídos.

A questão da demarcação contínua da área indígena, abrangendo quase 1,7 milhão de hectares, está sendo julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em resposta a ação do governo de Roraima. No recurso, o procurador-geral do estado, Edival Braga, questiona o fato de o Conselho de Segurança Nacional não ter sido ouvido sobre a demarcação, apesar de a reserva estar localizada em área de fronteira com a Venezuela e a Guiana – o que envolveria questões relacionadas à segurança nacional.

Além disso, Edival Braga argumenta que a região produz arroz há cem anos, em 25 mil hectares dentro da terra indígena. “Haverá grande prejuízo econômico para o estado, bem como para os arrozeiros”, informa o procurador de Roraima, na ação apresentada ao STF.

Isonomia a deficiente auditivo será votada na CDH

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) deverá submeter a nova análise o projeto de lei que prevê a inclusão de pessoas com deficiência auditiva na lista de segmentos da sociedade que podem se beneficiar com a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos. A proposta (PLS 14/08), que já recebeu parecer favorável do colegiado, terá de ser novamente votada na CDH devido a requerimento, aprovado em Plenário, que prevê sua tramitação em conjunto com o PLS 20/08. Este projeto inclui na lista de isentos prefeituras e o governo do Distrito Federal, além de motoristas autônomos, na aquisição de veículos destinados ao transporte escolar.

Não fosse o requerimento, a proposição que isenta os deficientes auditivos do IPI na compra de veículos, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), já teria sido encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberia decisão terminativa. A proposta para tramitação conjunta, baseada na afinidade temática, foi apresentada



Valadares é autor do projeto, que terá de receber novo parecer da comissão

pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Conforme o pedido, os textos serão analisados também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto para isenção de IPI na compra de veículos destinados ao transporte escolar é de Cristovam Buarque (PDT-DF). Agora, após receberem pareceres na CE e na CDH, as duas matérias seguirão para exame em conjunto na CAE, que tem a incumbência de votar as propostas em decisão terminativa. Os projetos alteram a Lei 8.989, de 1995 (com redação atualizada pela Lei 10.690, de 2003),

que trata das isenções de IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros (táxis) e por pessoas com deficiência.

Isonomia

O dispositivo da lei que Valadares pretende alterar – o inciso IV do artigo 1º – prevê a concessão do benefício fiscal a pessoas com “deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autista, diretamente ou por intermédio de seu representante legal”. De acordo com o senador, o conceito de deficiência física, a rigor, compreende a deficiência auditiva severa. No entanto, como a lei não explicita esse grupo, a legislação tem sido aplicada de forma restritiva, com prejuízo para esse grupo de pessoas.

Para Valadares, a exclusão viola o direito à isonomia entre os indivíduos, já que a isenção tributária é assegurada a pessoas com determinadas limitações, mas deixa de atender aquelas que apresentam deficiência auditiva. No seu projeto, ele prevê a concessão do benefício a quem apresente grau de surdez de, no mínimo, 20 decibéis.

Projeto garante a concursando cópia do cartão-resposta

As instituições organizadoras de concursos públicos para cargos federais poderão ser obrigadas a fornecer aos candidatos cópia autenticada do cartão-resposta preenchido no dia da prova. A proposta, de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), está na pauta, da reunião de amanhã, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A relatora, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), apresentou parecer favorável à aprovação da matéria.

O objetivo do projeto (PLS 297/08), que tramita em decisão terminativa, é fornecer ao candidato um meio de prova em caso de apresentação de recurso ao gabarito. “Atualmente, o cartão-resposta fica em poder do fiscal de prova, e o candidato não tem como comprovar suas respostas em um eventual pedido de recurso. Na verdade, nem sequer pode comprovar que compareceu, pois a lista de presença também permanece com a organização do concurso”, explicou Camata.

Pelo projeto, a obrigatoriedade se aplica a provas objetivas e o cartão-resposta somente será entregue ao candidato no momento em que deixar a sala de prova, desde que o faça nos 60 minutos finais. “A ressalva é necessária para que não haja a circulação de candidatos com gabarito logo no início do período de prova, da mesma forma como, atualmente,

é praxe a proibição da saída de candidatos com o caderno de provas antes do decurso de algumas horas da prova”, justificou o senador.

A proposta determina ainda que o edital do concurso defina a forma como as cópias serão produzidas, a fim de que, segundo o parlamentar, a instituição realizadora do concurso tenha liberdade para que as provas sejam produzidas conforme suas possibilidades operacionais. As cópias seriam obtidas por fotocópias, papel carbono ou outro meio idôneo.

Em seu parecer, Roseana Sarney considera que a obrigatoriedade “se reveste de necessidade, em face dos procedimentos de recursos contra os gabaritos oficiais das bancas organizadoras”. A senadora ressalta que deve haver equilíbrio, de forma a não onerar as bancas excessivamente e contribuir para “a seletividade e efetiva competitividade nos certames seletivos com uma ordem justa e razoável”.

Legislação

No início do mês, Gerson Camata apresentou outro projeto (PLS 399/08) que regulamenta a realização dos concursos públicos por meio de legislação específica, com regras claras sobre a elaboração do edital e das provas e os critérios para posse do candidato. A proposta está sendo analisada também na CCJ.



Comissão de Justiça examina a proposta em sua reunião de amanhã

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Valter Pereira • Papaléo Paes • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Agripino acusa governo de repassar contas da crise à iniciativa privada

Agripino pede maior articulação do Brasil com Obama e emergentes

O líder do DEM, José Agripino (RN), alertou para a gravidade da crise financeira mundial, classificando-a como "sem precedentes" e afirmando que seus reflexos já se fazem sentir no Brasil. Ele disse que, por enquanto, caíram as vendas de automóveis e eletrodomésticos e vieram as férias coletivas, mas advertiu que daqui a pou-

co vai-se esboçar a crise real, com desemprego no campo, diminuição da área plantada e perda do padrão tecnológico da agricultura, que é o carro-chefe da economia brasileira, entre outros problemas.

Antes que isso aconteça, Agripino sugeriu aos negociadores brasileiros que dêem "atenção completa, absoluta, focada e

centrada na necessidade de ter êxito nas reuniões do G-20". Para o senador, é importante que o país se articule com o futuro presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e com os dirigentes do G-20 na Europa, no Canadá e no Japão – os mais ricos do mundo. Mas é fundamental, segundo o líder do DEM, o Brasil se entender

com seus semelhantes emergentes – China, Índia, Filipinas e países do Mercosul, entre outros.

– Essa, sim, é a tarefa fundamental do governo do Brasil, que está enfrentando uma crise monumental e que ainda não esboçou a menor reação naquilo que lhe compete – observou.

Senadores propõem novas formas para a escolha de candidatos a presidente como caminho para mobilizar patrioticamente os cidadãos



Pedro Simon acredita que democracia ganha com candidatos discutindo idéias

Foto de Gerardo Magela

Pedro Simon quer modelo de primárias para eleições de 2010

APÓS AFIRMAR QUE não existe candidatura nata à Presidência da República em qualquer partido, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs ontem em Plenário que os partidos realizem prévias no mesmo molde das eleições norte-americanas. Simon assinalou que foi o instituto das prévias que viabilizou a candidatura de Barack Obama, em detrimento da senadora Hillary Clinton.

– Em vez de fazerem um conchavo, os candidatos vão se reunir e iniciar um grande debate percorrendo o Brasil para depois decidir uma maneira de escolher o candidato. Muda a eleição: em vez de conchavo, de troca-troca, uma eleição de grandes teses. Não é apenas a propaganda, são os debates que mostram quem é quem – afirmou.

Ao contrário de posturas anteriores, Pedro Simon argumentou que em relação às eleições de 2010 não subiria mais à tribuna para solicitar à direção do PMDB o lançamento de candidatos próprios.

– Não falo mais em candidatura própria do PMDB, porque faço papel de bobo. Venho fazendo papel de bobo no PMDB há muito tempo. Usam-me para fazer chantagem: "Olha, tem gente que quer candidatura própria. O Simon está insistindo muito". E aí vão negociar caro com o lado de lá e com o lado de cá – disse o senador.

Na sua opinião, o partido "tem uma história muito bonita" e deve agora fazer um grande esforço para que a sociedade discuta as idéias dos candidatos.

– A nossa história [do PMDB] merece respeito – salientou Pedro Simon.



Cristovam: preocupação em lançar idéias que possam servir ao futuro da sociedade brasileira

Foto de Gerardo Magela

Cristovam e outros políticos programam debates pelo país

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF), ao citar discurso de Pedro Simon (PMDB-RS) sugerindo a realização de prévias, no mesmo molde das eleições norte-americanas para a escolha do próximo candidato à Presidência, também condenou os conchavos entre os partidos para a escolha de candidatos. Ele anunciou que vai percorrer o Brasil já no início do próximo ano com um grupo de políticos para debater em universidades as propostas de cada partido para enfrentar os problemas do país e fazer mudanças estruturais.

– A escolha de um novo presidente deveria ser o grande momento deste país, pondo em debate as diversas idéias que existem para o futuro – disse Cristovam, em discurso no Plenário.

O parlamentar salientou que este é um momento da História em que é preciso uma reorientação do modelo de desenvolvimento, como estão reconhecendo os chefes de Estado de todo o planeta.

– Nós vivemos o momento de dar uma virada na história do Brasil, de reorientar nosso projeto – afirmou.

O grupo de políticos com que pretende percorrer o país, informou, seria composto inicialmente pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) e pela vereadora eleita Heloísa Helena (PSOL-AL), e estaria aberto aos demais partidos. Segundo Cristovam, já há convites de dez universidades, todas particulares, uma vez que, a seu ver, as federais estão "tuteladas". Os debates seriam transmitidos pelo *blog* do jornalista Ricardo Noblat.

João Pedro ressalta participação de Lula no encontro do G-20

Em pronunciamento feito na tarde de ontem, em Plenário, o senador João Pedro (PT-AM) destacou a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no encontro do G-20, realizado neste final de semana em Washington, nos Estados Unidos. O grupo, que reúne nações em desenvolvimento e emergentes, voltará a se reunir em

abril de 2009 para uma outra rodada de discussões sobre as medidas a serem adotadas diante da atual crise financeira e econômica mundial.

Em seu discurso, João Pedro afirmou que Lula foi um articulador importante junto às lideranças dos outros países para que a reunião apontasse os novos rumos da econo-

mia internacional. O senador defendeu ainda a adoção de regras que favoreçam a transparência do mercado financeiro em todo o mundo, como forma de substituir a hegemonia do liberalismo, que teve na ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher e no ex-presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan seus

maiores expoentes.

João Pedro disse também que providências adotadas pelo governo Lula nos últimos anos vêm ajudando o Brasil a enfrentar a crise, a exemplo da expansão do microcrédito e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), fundamental ao abastecimento interno.



Senador defende mais transparência do mercado financeiro internacional

Jonas Pereira

Piauí precisa de bibliotecas, diz Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) culpou o atual governo petista do Piauí pelos "índices sociais e econômicos ruins do estado". Conforme o senador, nos últimos anos, o Piauí voltou a ter o menor produto interno bruto (PIB) entre os estados brasileiros.

Mão Santa disse que o Piauí é "o estado em que há mais municípios sem bibliotecas: 79 ao todo, de acordo com dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas".

O senador observou que os estudantes piauienses tiveram bons resultados nas provas de Matemática do último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), mas considerou que o mesmo não ocorreu nos exames de Português justamente em função da escassez de bibliotecas.

Programa

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu a Mão Santa apoio a projeto de sua autoria (PLS 186/07) que cria o programa Biblioteca do Professor.

De acordo com a proposição, todos os professores da rede pública de ensino teriam direito a receber gratuitamente do governo federal pelo menos dois livros por ano para formação de biblioteca pessoal.

Aprovado pelo Senado em 2007, o projeto tramita na Câmara sob o número PL 1649/07.



Mão Santa: estado tem o menor PIB do país

Ações conjuntas no aproveitamento de fontes renováveis, que potencializem o desenvolvimento dos países e a proteção da região, são defendidas em evento do Parlatino no Senado Federal

Debate: energia limpa pode impulsionar América Latina

A INTEGRAÇÃO DA América Latina para a busca de fontes limpas e renováveis de energia fortalecerá o desenvolvimento da região e permitirá maior estabilidade social, econômica e política dos países. A opinião foi manifestada ontem pelo senador chileno Jorge Pizarro, presidente do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), durante abertura de encontro de parlamentares que integram as comissões de Energia e Minas e de Meio Ambiente e Turismo da instituição.

O evento, que reúne cerca de 40 parlamentares do Brasil, México, Venezuela, Guatemala, Panamá, Uruguai, Chile, Antilhas Holandesas, Paraguai, Bolívia e Aruba, discutirá alternativas energéticas para a região e formas de cooperação para reduzir os impactos do aquecimento global. A programação do encontro, que está sendo realizado no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis, prevê debates até a tarde de hoje.

Ao destacar a interdependência energética entre os países da América Latina, Jorge Pizarro considerou de grande importância os esforços de articulação dos parlamentares no sentido de identificar fontes limpas e renováveis de energia a

baixo custo.

Também o deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), vice-presidente da instituição, destacou a importância do evento para a identificação dos problemas regionais em termos de energia e de proteção ao meio ambiente. Conforme afirmou, o Parlatino é a mais antiga organização de parlamentares da América Latina, representando um importante instrumento de articulação para os legisladores da região.

Responsabilidade

Em palestra realizada após a abertura do encontro, o chefe do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, lembrou que as mudanças climáticas percebidas hoje resultam do aumento de emissões iniciado há dois séculos, com a Revolução Industrial. Para ele, a adoção, agora, de um padrão energético sustentável é condição essencial para o futuro da vida no planeta.

De acordo com Machado, os parlamentares da América Latina poderão definir normas capazes de regulamentar o mercado, assegurando padrões adequados de crescimento da economia combinados

à preservação ambiental.

A construção de uma visão latino-americana sobre as questões de energia e de recursos hídricos foi defendida pela deputada chilena Denise Pascal.

– São dois aspectos muito inter-relacionados, os quais, se não receberem a atenção devida, afetarão de forma severa nosso continente – destacou.

De acordo com a deputada, o interesse econômico em torno da produção de energia leva a tensões entre países, não apenas da América Latina, mas de todo o mundo. Para ela, as divergências devem ser superadas com ações conjuntas, potencializando o desenvolvimento dos países e a proteção do continente.

Na segunda palestra do evento, o superintendente da Agência Nacional de Águas (ANA), Joaquim Gondim, apresentou aos parlamentares a experiência brasileira de produção de energia hidrelétrica. O modelo adotado no Brasil, observou, compatibiliza o uso do recurso hídrico com a proteção ao meio ambiente, a partir de processos que envolvem o diálogo com a sociedade. Para Gondim, a experiência brasileira tem sido bem avaliada e pode servir de referência a outros países.



Beatriz Collado, José Bonifácio, Jorge Pizarro e Juan Carlos Arosemena no debate do Parlatino sobre energia limpa

Tião Viana lembra os 105 anos de emancipação do Acre

Tião Viana (PT-AC) prestou uma homenagem aos brasileiros que moram no Acre, destacando a passagem dos 105 anos de assinatura do Tratado de Petrópolis, entre o Brasil e a Bolívia, marcando a incorporação definitiva daquele território ao Brasil. O senador ressaltou o papel desempenhado pela diplomacia brasileira na evolução dos acontecimentos históricos que levaram à incorporação do Acre, com destaque para José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio

Branco, e para Assis Brasil.

– É uma história bonita, que afirma o propósito de engrandecimento de um povo. Em 2008, fico orgulhoso de ver, no horizonte da política do estado, que poderemos estar, nos próximos cinco anos, entre os primeiros lugares em qualidade de vida no Brasil – destacou.

Em apertes, Mão Santa (PMDB-PI), João Pedro (PT-AM) e Papaléo Paes (PSDB-AP) associaram-se à homenagem.



Tião Viana resalta papel da diplomacia brasileira na incorporação do estado



Crivella: reacender o culto da liberdade com responsabilidade

Marcelo Crivella alerta para o perigo das drogas

Marcelo Crivella (PRB-RJ) fez ontem mais um alerta contra o perigo das drogas. Ele chamou a atenção para o recente episódio envolvendo o astro de novelas Fábio Assumpção, que estaria fazendo um tratamento de desintoxicação, segundo notícia a revista *Veja*.

Conforme o parlamentar, a luta de Assumpção para se livrar do vício da cocaína é um exemplo do drama vivido por muitas famílias brasileiras. Seria também um aviso para os que ainda insistem em minimizar o poder destruidor das drogas.

Crivella assinalou a responsabilidade histórica da classe política na formulação jurídica e na afirmação institucional de instrumentos que ponham fim à "tragédia" das drogas. Faria parte desse arcabouço jurídico-institucional o papel das Forças Armadas, sobretudo nas fronteiras, onde a lei dá a elas o poder de polícia.

O senador disse acreditar que, de todo modo, a solução para a crise das drogas passa necessariamente por uma consistente mobilização nacional que una partidos políticos, órgãos de imprensa, setores organizados, instituições religiosas, artistas, esportistas, professores e profissionais de saúde. Ele ressaltou ainda o papel dos pais de "exemplo e conselho".

– Vejo com tristeza, nessa desbragada sociedade do consumo, se deificar o hedonismo, a liberdade sem limites, a crítica sem ética e a destruição dos valores com a arrogância impetuosa de um abalo sísmico – lamentou Marcelo Crivella.

Para o representante do estado do Rio de Janeiro, em um mundo atormentado que perdeu o senso dos valores éticos, é preciso reacender o culto da liberdade com responsabilidade.

MACIEL LAMENTA MORTE DE DEPUTADO

Marco Maciel (DEM-PE) encaminhou à Mesa voto de pesar pelo falecimento do deputado estadual João Negromonte Filho, de Pernambuco. O parlamentar morreu no domingo, em São Paulo, aos 65 anos, vítima de câncer. Negromonte começou a carreira política aos 19 anos, quando se elegeu vereador no município de Nazaré da Mata (PE). Mais tarde elegeu-se para o mesmo cargo no Recife. Além disso, foi deputado estadual por três mandatos.

– Sua morte prematura deixa uma lacuna importante na vida política do meu estado – disse Maciel, expressando pêsames à família de Negromonte, que era cunhado do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

SOLENIIDADE COMEMORA O DIA DA BANDEIRA

O Congresso realiza amanhã cerimônia de hasteamento do Pavilhão Nacional em celebração ao Dia da Bandeira, às 11h, na rampa de acesso ao Palácio. Além dos presidentes do Senado, Garibaldi Alves Filho, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, participará o ministro da Educação, Fernando Haddad. A solenidade incluirá a leitura do texto *Um símbolo, uma nação*, pela aluna Ana Clara Ferreira, vencedora de concurso de redação promovido pelo Senado; desfile de alunos do Colégio Militar de Brasília; apresentação das bandeiras históricas do Brasil; entoação do Hino Nacional Brasileiro e execução do Hino à Bandeira pela Banda da Cavalaria de Guarda, acompanhada dos corais do Senado e do Colégio Militar; e apresentação de pára-quedistas.

INTERNAUTAS PODEM ESCOLHER FINALISTAS

Os internautas já podem ajudar a escolher os finalistas do Concurso de Fotografias do Legislativo Federal – O Meio Ambiente no Planalto Central. A votação vai até 26 de novembro, no site www.senado.gov.br/sf/senado/programas/senadoverde.

O concurso é promovido conjuntamente pelos programas Senado Verde, EcoCâmara e TCU Ecologicamente Correto, em parceria com o Sindicato dos Servidores do Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindiclegis) e foi aberto aos servidores do Senado, da Câmara e do TCU. Foram inscritas ao todo 159 imagens, sendo 60 na categoria "Mérito" e 99 na categoria "Plástica".